



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



EDITAL

CONCORRÊNCIA Nº 90001/2024

Processo Administrativo nº 202402013

Torna-se público que a **MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA**, Estado do Pará, através da Prefeitura Municipal de Acará/PA, sediada a Travessa São José nº 120, Praça da Matriz, Centro – Acará/PA, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com o critério de julgamento **MENOR PREÇO** nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

Unidade Administrativa do Governo Federal (UASG): 980403

Data da sessão: 12 de março de 2024.

Horário: 09:00 horas, (Horário de Brasília).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **IMPLANTAÇÃO DE MICROSSISTEMA DE ABASTECIMENTO NAS LOCALIDADES: VILA BOM JESUS DO ARAXITEUA, VILA SANTA MARIA II E VILA SANTA LUZIA I, EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO 035/2023 CELEBRADO ENTRE INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ/PA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação,



de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado as disposições deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



- 3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.43.4 ou 3.73.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.14. O valor final mínimo ou final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração, agente de contratação ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor total do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Órgão Competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da



empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,00 (um) real.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “**ABERTO**”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada de composição de custos unitários constando obrigatoriamente os quantitativos de material, todos os elementos e informações necessárias ao julgamento objetivo da proposta e mão-de-obra observando-se os pisos salariais das categorias envolvidas, composição da curva "abc" dispondo sobre insumos e serviços, composição de encargos sociais contendo todos os itens que a compõem, com seus respectivos percentuais, composição de BDI (bonificação e despesas indiretas) contendo todos os itens que a compõem, com seus respectivos percentuais, e quando for o caso acompanhada, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

5.20.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



5.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as disposições deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, contendo todos os elementos e informações necessárias ao julgamento objetivo da proposta, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), inclusive da composição da curva “abc” dispondo sobre insumos e serviços, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.



- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



- 7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail cpl.pma2022@gmail.com, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.11. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.



7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.2. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



- 8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



- 8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- 8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação comprovação de patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação ou do valor total estimado da parcela pertinente ou do item pertinente.
- 8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

- 8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.25.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação



8.26. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente. (no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA), em plena validade

8.27. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.28. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

Para o (Engenheiro Civil): A comprovação da capacidade técnica será feita por meio de certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia CREA, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação. A empresa licitante de outro ente da federação deverá apresentar visto do CREA/PA;

8.28.1. Um ou mais profissional com formação em segurança do trabalho devidamente registrado em órgão competente acompanhado de documentos comprobatórios.

8.29. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.31.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31.3. Declaração de indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, inclusive relação de equipamentos mínimos;

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Travessa São José nº 120 Praça da Matriz Centro

Acará / Pará – CEP 68690-000



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA, sediada Travessa São José nº 120, Praça da Matriz, Centro – Acará/PA.

10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



Preposto

10.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

10.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

10.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

10.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

10.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

10.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

10.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

10.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

10.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

10.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

10.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

10.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a



exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

10.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

10.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

10.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

10.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

10.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

10.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

11.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

11.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

11.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.



11.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

11.2.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

11.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

11.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

11.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

11.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

11.3.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

11.3.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste edital e seus anexos, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



11.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

11.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

11.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

11.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

11.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



11.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

11.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

11.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

11.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

11.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.



Forma de pagamento

11.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Regime de execução

11.24. O regime de execução do contrato será de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

12. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de: R\$ 956.591,80 (novecentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e noventa e um reais oitenta centavos), conforme custos unitários apostos a planilha de formação de preços anexo deste edital.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária:

Exercício 2024: 1818. Secretaria Municipal de Obras

17.512.0005.1.009 Expansão do Sistema de Abastecimento de Água

4.4.90.51.00 Obras e Instalações

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



14.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail cpl.pma2022@gmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e-mail; cpl.pma2022@gmail.com, no portal dos Jurisdicionados do Tribunal de contas dos Municípios do Estado do Pará/PA e também poderão ser obtidos no endereço Travessa São José nº 120 Praça da Matriz, nos dias úteis, no horário das 08: 00 horas às 13:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. ANEXO I – Projeto Básico
- 16.11.2. ANEXO II - Planilha Orçamentária
- 16.11.2.1. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

ACARÁ/PA, 22 de fevereiro de 2024.

JOSÉ DOUGLAS SANTOS SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



ANEXO I

PROJETO BÁSICO

PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA

MICROSSISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O ATENDIMENTO DE COMUNIDADES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA.

1. DADOS DO PROJETO:

NOME DA OBRA: Microssistema de Abastecimento de Água.

LOCALIDADE: PA'S ARAXITEUA, SANTA MARIA I E II, PA SANTA LUZIA.

MUNICÍPIO: ACARÁ

ESTADO: PARÁ

TIPO DE OBRA:

Construção de microssistemas de abastecimento de água para o atendimento de Comunidade na Zona Rural do Município de Acará, no estado do Pará, para atender com água potável 333 (trezentos e trinta e três) famílias.

2. APRESENTAÇÃO

Com base nos fundamentos no art. 7º da Lei nº 8.666 de 21.06.93, e suas alterações posteriores, Portaria Interministerial Nº 424/2016, Resolução CONAMA nº 289, de 25 de outubro de 2001, Resolução CONAMA nº 5, de 15 de junho de 1988, artigo 3º, inciso I, Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Lei nº 5.194/66, de 24/12/1966, Resolução CONFEA nº 218, de 29/06/1973, este projeto básico visa fornecer elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, e subsídios que viabilizam a implantação de obras de infra-estrutura básica, no presente caso, a construção de microssistema de abastecimento de água para o atendimento de Comunidades na Zona Rural do Município de Acará, no estado do Pará, para atender com água potável 333 (trezentos e trinta e três) famílias, a serem executadas em conformidade com a metodologia e especificações anexas e em consonância com as Normas Técnicas Brasileiras vigentes.

Com a execução dessas obras, vislumbra-se reduzir os problemas vivenciados pelas vilas e comunidades da zona rural do município, no que se refere à utilização de água potável, para uso geral e/ou para consumo humano, de acordo com os padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde.

O foco das preocupações do presente projeto é a zona rural do município de Acará, que apresenta os mesmos problemas do conjunto de regiões pertencentes à Amazônia Brasileira.

A Amazônia é uma região marcada por um histórico de baixos níveis de qualidade de vida, em total desnível com sua inestimável riqueza de recursos naturais, sendo que a maioria das famílias vive abaixo da linha de pobreza, sem acesso aos benefícios oriundos da ciência, tecnologia e programas sociais, criando uma situação de total degradação e risco.

As obras e serviços, objeto deste projeto básico, serão executadas mediante convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Acará e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com o objetivo de promover o aumento da oferta de água para o consumo humano e produção, com ações não estruturantes como a elaboração de estudos e projetos e ações estruturantes, como execução, recuperação e complementação de obras de barragens, canais, adutoras e sistemas simplificados de abastecimento de água, por administração indireta, através de contratação direta de empresas privadas, em processo licitatório, visando aperfeiçoar e agilizar a utilização dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal sendo que a Prefeitura Municipal participará com uma contrapartida de 2,14% do valor global das obras e serviços.

3. JUSTIFICATIVA

O município está inserido na mesorregião do Nordeste Paraense e microrregião de Tomé – Açu e na região geográfica intermediária de Belém e na região imediata de Belém e está a aproximadamente 118 km de distância (de condução) da capital paraense. Apresenta grande carência de saneamento básico, principalmente em suas vilas e comunidades rurais. Com a implantação de Microssistemas de Abastecimento de Água, objeto dessa proposta de convênio com o INCRA, a serem instalados nas Vilas Santa Luiza I, Santa Maria II e Bom Jesus, pretende-se colaborar na prevenção, controle de doenças de veiculação hídrica, trazendo saúde e cidadania à população rural, colaborando para amenizar um dos grandes problemas nas vilas selecionadas, devido à grande carência e ausência de água potável, enquadrando-se, portanto na ação proposta, cujas obras beneficiarão diretamente 23 famílias. Vale ressaltar que as ações de saneamento propostas contribuirão de forma expressa para redução da mortalidade, principalmente a infantil, devido as doenças de veiculação hídrica, bem como contribuir para elevação do índice de desenvolvimento humano – IDH.

Dessa forma, o poder público ao fazer investimentos para a implantação dessas obras estará não somente beneficiando a comunidade no que se referem os aspectos ambientais e de saneamento básico, mais também melhorando as condições de saúde e nutrição de seus habitantes.

Trata-se, portanto, de um investimento na área social e da saúde pública da mais alta importância, que terá maior alcance se os custos forem distribuídos de forma a ampliar a cobertura de pessoas beneficiadas com água potável.

A implantação destas obras tem o objetivo de se fazer cumprir o compromisso do Governo Federal, de adotar na sua jurisdição, padrões mais humanos de vida, principalmente nos campos da saúde, educação, transporte e água potável. Da mesma forma, entende-se que a realização deste projeto básico irá estimular ao processo produtivo das comunidades que ali residem.

4. LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS

O quadro a seguir mostra as vilas a serem atendidas:

COMUNIDADE	COORDENADAS GEOGRÁFICAS		ASSENTAMENTO
	LATITUDE	LONGITUDE	
SANTA MARIA II	-1°45'35.73"	-48°24'21.82"	SANTA MARIA I E II
VILA BOM JESUS DO ARAXITEUA	-1° 44' 16,39"	-48° 14' 08,53"	ARAXITEUA
COMUNIDADE SANTA LUZIA I	-1°43'5.52"	-48°23'16.03"	SANTA LUZIA

5. APOIO INSTITUCIONAL

A instituição que dará apoio à viabilidade do empreendimento é o INCRA, na esfericidade Federal, como gestor do programa, na análise do projeto básico, e caso, aprovado na liberação dos recursos e fiscalização da execução do empreendimento.

6. ESTUDO DE CONCEPÇÃO.

6.1 Fontes de Produção

Através de avaliação preliminar feita por técnicos do Município, foram pré-estabelecidas alternativas possíveis para implantação de sistema de abastecimento de água, listados a seguir:

- Implantação de Micro-sistema de abastecimento de água com captação de água subterrânea, através de perfuração e confecção de poço tubular;
- Implantação de Micro-sistema de abastecimento de água com captação de água superficial, através de captação de água diretamente do rio.

A alternativa "(a)" parece a melhor alternativa técnica, devido à topografia local, assim como a geografia (terra firme), permitem a perfuração de poços tubulares. Vale ressaltar que estudos avaliativos para a perfuração do poço serão executados a fim de garantir o alcance do objeto pactuado.

6.2 Descrição do Projeto

6.2.1 Captação e Adução

A captação será realizada por meio de bomba submersível por acionamento elétrico, tendo como fonte a energia solar, gerando eletricidade a partir de células fotovoltaicas, para captar água bruta proveniente de poço tubular profundo.

O recalque da bomba até a entrada do reservatório elevado, composto de um sistema acoplado tubular, com cerca de 10 m de altura, será feito por meio de tubulação de PVC PBA DN 2", com todos os detalhes mostrados nas memórias de cálculo, desenhos e modelos anexados ao projeto.

6.2.2 Tratamento

O Tratamento se dará por desinfecção da água (pré-cloração).

Será feito através da implantação de 01 (um) clorador instalado no barrilete de entrada do reservatório, conforme projeto.

A água entra no clorador e é conduzida a uma "câmara de erosão" onde faz contato com as pastilhas de forma homogênea, garantindo uma cloração contínua.

A quantidade de cloro desejada será obtida por ajuste fino no "BY-PASS", diluindo ou concentrando a água clorada que sai do equipamento, atendendo as concentrações verificadas no projeto.

Todas as tubulações e conexões para instalação do clorador serão em PVC JS nos diâmetros especificados pelo fabricante do equipamento.

6.2.3 Reservação e Rede de Distribuição de Água Tratada.

Serão realizados os cálculos para dimensionamento da rede de distribuição, com as estimativas de vazão, o número de unidades habitacionais atendidas, além do cálculo do volume de reservação para cada comunidade atendida.

7 PRAZOS DE EXECUÇÃO DA OBRA

Para execução de todas as obras, objeto deste projeto básico, considerando que as mesmas serão executadas concomitantemente, estima-se a necessidade de 360 (trezentos e sessenta) dias, inclusos 120 dias para execução e possíveis aditamentos de prazo de vigência.

8 CUSTOS DAS OBRAS

O custo previsto para execução das obras é de R\$-956.591,80 (novecentos e cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e um reais oitenta centavos), de acordo com as tabelas oficiais do Sinapi e SEDOP-PA, com BDI de 27,45% - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário.

9 INFORMAÇÕES GERAIS DA LOCALIDADE

9.1. Histórico do Município

O surgimento do município de Acará remonta ao período histórico em que os colonizadores portugueses realizavam a exploração do território paraense em direção ao interior do Estado do Grão Pará e Maranhão, utilizando como via de penetração o próprio curso dos rios. Foi assim que, ao percorrerem o rio Acará, os portugueses puderam observar a facilidade da navegação naquelas águas, bem como, já em terra, constataram a sua fertilidade e a abundância de madeiras de lei. Atraídos por todas essas condições favoráveis, os colonizadores decidiram se instalar no local, onde foi montado um núcleo de colonização que, mais tarde, tornar-se-ia a sede do município de Acará.

No ano de 1758, o Governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, eleva aquela povoação à categoria de freguesia, sob a invocação de São José, ficando batizada originalmente como São José de Acará, hoje, sede municipal.

Durante o período da Independência, o seu nome original, São José de Acará, foi mantido. Em 1833, por ocasião da divisão do Estado em termos e comarcas, São José de Acará ficou pertencendo à comarca da capital.

Os relatos históricos de Palma Muniz e Theodoro Braga dão conta de que, em 9 de setembro de 1839, em cumprimento ao disposto na Lei no 14, foi criada a Freguesia de Moju, tendo sido o território banhado pelo rio Acará anexado a ela. No ano de 1840, uma nova Lei, a de no 53, de 4 de setembro, determinou que o mesmo território, banhado pelo rio Acará, ficasse dividido de forma que uma parte passasse a pertencer à Freguesia de São José de Acará, e a outra parte, à Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Cairary, esta última criada pelo mesmo ato legal.

Em 20 de agosto de 1864 foi promulgada a Lei no 441, determinando que a Freguesia de Moju, conjuntamente com a de Cairary, fossem anexadas ao território do município da capital.

O dinamismo e o desenvolvimento das áreas banhadas pelo rio Acará, sobretudo das Freguesias de São José e de Nossa Senhora da Soledade de Cairary, levaram o Legislativo Provincial à criação de um novo Município. Com o mesmo nome de São José de Acará, a então Freguesia foi elevada à categoria de Vila e instalada, em 23 de março de 1876, em cumprimento da Lei Provincial no 839, que tinha sido promulgada em 19 de abril de 1875, e que também estabelecia o desmembramento do seu território de Moju. A configuração de São José de Acará como município se deu dentro dos alcances da própria Lei Provincial que outorgou

sua elevação à categoria de Vila.

Fontes históricas revelam que o primeiro Presidente da sua Câmara Municipal foi D. Antônio Carlos de Paiva. Por outro lado, o nome do Município advém de uma expressão indígena que significa "aquele que morde", uma referência direta aos peixes que se encontram nos cursos dos rios de água doce, em particular, no rio Acará.

Logo após a proclamação da República, o Governo Provisório, instalado no Estado, dissolveu a Câmara Municipal de Acará, em 19 de fevereiro de 1890, mediante a promulgação do Decreto no 46 e, na mesma data, através do Decreto no 47, criou o Conselho de Intendência Municipal, elegendo, para o cargo de Intendente, Francisco Xavier Armandio de Oliveira.

A história recente do Município, no período da República, registra fatos marcantes relativos à sua configuração político-administrativa. Após a Revolução de 1930, através do Decreto Estadual no 06, de 4 de novembro, o município de Acará foi extinto e seu território anexado ao do município de Belém, medida esta confirmada, no mesmo ano, pelo Decreto Estadual no 78, de 27 de dezembro. Entretanto, dois anos mais tarde, em 1932, pela Lei Estadual no 579, de 8 de janeiro, o território de Acará foi desanexado de Belém, tendo sido reconhecido como Município em 31 de outubro de 1935, ganhando novamente sua autonomia.

Conforme o estipulado na Lei no 1.127, de 11 de março de 1955, o município de Acará vivenciou a tentativa de desmembramento do seu território para permitir a constituição do município de Tomé-Açu que, até então, era distrito deste. Esta Lei, no entanto, foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em

4 de outubro daquele mesmo ano, fato este que inviabilizou o desmembramento.

Quatro anos depois, em 1959, o Governo do Estado promulgou a Lei Estadual no 1.725, em 17 de março, mediante a qual foi criado, em definitivo, o município de Tomé-Açu, com terras pertencentes a Acará, deixando de ser distrito.

No ano de 1988, a promulgação da Lei no 5.452, de 10 de maio, originou novo desmembramento das terras patrimoniais do município de Acará, desta vez para possibilitar a configuração territorial do município de Tailândia que, por esse instrumento legal, foi criado.

Na história de Acará aparecem, com destaque, filhos ilustres que tiveram presença marcante nos acontecimentos políticos e científicos do estado do Pará: Felipe Patroni, pelo fato de ter criado o primeiro jornal da Amazônia, "O Paraense", e Batista Campos, que tanto lutou pela Independência, e continuou lutando contra os governos mesmo após a Adesão do Pará. Foi Campos o articulador da revolução dos cabanos. Para fazer frente ao governo, já que havia rompido com o presidente Bernardo Lobo de Souza, fundou o jornal "Sentinela", que continha violentas críticas ao seu opositor. Lobo de Souza ordenou o fechamento do jornal e a prisão de Batista Campos. Este, juntamente com Lavor Papagaio, panfletário cearense, conseguiram fugir a tempo e, após vagarem para o interior, chegaram à fazenda de Félix Antônio Malcher, localizada no rio Acará, e encontraram Eduardo Angelim e Geraldo Gavião, além de outros revolucionários. Após lutarem contra duas expedições enviadas pelo governo para aprisionar os revoltosos, Batista Campos morre, vitimado por uma gangrena, no dia 31 de dezembro, quando ainda se encontrava foragido no mato. A sua morte fez com que a Cabanagem fracassasse.

Outra figura importante é a de Júlio César Ribeiro de Souza, o “pai da aviação” da Amazônia e um dos pioneiros em balões em todo o mundo. Nasceu em 1843, falecendo pobre e esquecido em 1887. Em 1881, com uma subvenção do governo, seguiu para Paris, onde fez sua primeira experiência com seu balão, denominado “Victória”, que avançou contra o vento, sem o auxílio de propulsor algum. Depois, construiu outro balão, o “Santa Maria de Belém”. O privilégio de sua invenção acabou sendo reconhecido por vários países. Ele também foi poeta, deixando publicado um livro intitulado “Pyraustas”.

Hoje, o município de Acará conta com três distritos legalmente constituídos: Acará, como sede municipal, Guajará-Miri e Jaguarari.

9.2. Cultura

Segundo a tradição dos habitantes do município de Acará, a principal manifestação religiosa é a festa em homenagem a sua padroeira, Nossa Senhora de Nazaré, cujos festejos vêm acompanhados de procissão, novenário e arraial. No Município, não há notícias de grupos organizados, tais como Boi-Bumbás, Pássaros etc., que possam representar a cultura popular daquele Município.

Quanto ao artesanato local, peças artísticas tais como bordados, rendas e entalhes são confeccionados pelos artesãos, utilizando linha de algodão e madeira como matéria-prima, e expressam a criatividade e o bom gosto do artista local.

A Biblioteca Municipal e a Casa da Cultura, embora sobrevivendo precariamente, são os únicos equipamentos culturais de que o município de Acará dispõe para resguardar e divulgar a cultura local.

9.3. Localização

O município de Acará está localizado no Estado do Pará, conta com uma área territorial de 4.344,384 km², o que corresponde a 0,35% da área total do território paraense. Pertence a região de integração Tocantins e segundo a divisão geográfica regional, elaborada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município está inserido na mesorregião do Nordeste Paraense e microrregião de Tomé – Açu e na região geográfica intermediária de Belém e na região imediata de Belém e está a aproximadamente 118 km de distância (de condução) da capital paraense. Sua sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 01° 57'36" sul e longitude de 48° 11'51" oeste.

9.4. Solos

Refletindo a geologia e a geomorfologia local, os solos existentes na área são do tipo Latossolo Amarelo, textura argilosa e média, e Concrecionários Lateríticos. Indiscriminados em áreas de terra firme, enquanto que, em outras áreas, são comuns os solos de várzeas, destacando-se, com expressivo percentual, os solos Hidromórficos indiscriminados eutróficos e distróficos, textura indiscriminada.

9.5. Vegetação

A maior parte da área do Município apresenta a Floresta Equatorial Úmida de terra firme, no caso, a Floresta Densa dos baixos platôs, que se encontra preservada, sobretudo no alto curso do rio Acará. Já na região do Baixo Acará, localizam-se as matas de várzea, coincidentes com o relevo baixo e alagável da área. Nas terras firmes do norte do Município, predomina a Floresta Secundária ou a capoeira.

9.7. Geologia, Topografia e Relevo

Geologicamente, os terrenos predominantes em Acará estão inseridos na Formação Barreiras, correspondentes ao período Terciário, presentes no sul do Município. Na parte central e ao norte, inserem-se os terrenos do Quaternário Antigo e Recente. Acompanhando a estrutura geológica, o relevo é pouco expressivo. Na porção sul, dominam áreas de tabuleiros e colinas baixas aplainadas, características do relevo de terras firmes da Formação Barreiras. Regionalmente, o relevo do território acaraense insere-se no Planalto Rebaixado da Amazônia (do Baixo Amazonas).

O município de Acará não apresenta altitudes expressivas, com a sede municipal indicando cota média de 35 metros, sem apresentar grande variação altimétrica, face à singeleza da topografia, excetuando-se a cota de 85 metros, registrada a nordeste da sede municipal.

9.8. Hidrografia

A drenagem mais importante é o rio Acará, que atravessa o Município de montante para jusante, no sentido SW/NE, até a sede municipal localizada na sua margem esquerda para, em seguida, tomar a direção SE/NW até a sua foz no rio Moju. O principal afluente é o rio Acará-Miri, pela margem direita, que deságua em frente à sede do município. Ao sul, ainda pela margem direita, recebe o rio Urucuré, limite com o Município de Tailândia.

Tem como afluentes diversos igarapés de pequena importância, destacando-se o igarapé Turi-Açu, ao sul, também fazendo limite com Tailândia. Ao norte do Município, encontra-se um pequeno trecho do rio Moju, limite com o município de Barcarena, e a foz do rio Guamá, limite com os municípios de Belém e Benevides.

9.9. Clima

Não existe estação meteorológica em Acará. Entretanto, são considerados válidos para o município os dados da região mais próxima, num raio de 100 km, que são os mesmos dados atribuídos a Belém. Assim, considera-se o Município na faixa equatorial, apresentando o clima do tipo Afi da classificação de Köppen,

correspondente ao tropical úmido, com temperatura mensal superior a 18°C, chuvas nas duas estações, precipitação sempre acima de 60 mm, em relação às aferições mensais de 2.837 mm anuais e amplitude térmica anual em torno de 5 °C.

9.12. Acesso

A partir de Belém transporte rodoviário com 3,50 horas de viagem.

9.13. Condições Sanitárias: Sistemas de Saneamento Disponíveis

9.13.1. SEDE DO MUNICÍPIO

Atualmente, a cidade de Acará vem sendo atendida de forma razoavelmente satisfatória quanto ao abastecimento e a qualidade de sua água. Ao abrirem-se as torneiras obtém-se água ainda com odor desagradável e sabor levemente ferruginoso, evidenciando a necessidade de melhoria na qualidade do fornecimento.

Outro problema é que apenas parte da população é atendida com água encanada.

A sede do Município conta com um precário sistema de coleta de lixo domiciliar, recolhendo os resíduos acondicionados na frente das residências, além de praças e logradouros públicos.

10 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

10.1 – Quanto ao desmatamento para a execução do empreendimento.

Não haverá desmatamento para a execução do empreendimento e sim apenas uma limpeza do terreno em uma área restrita de 100,00 m² por local.

10.2 – Quanto ao ar ambiental

Os componentes inseridos no ar ambiental não terão grande representatividade, sendo citado para efeito ilustrativo principalmente poeiras provenientes dos entulhos e materiais de construção.

10.3 – Emissão de Gases Poluentes

Isso deverá acontecer somente durante a fase de implantação da obra, quando deverá ocorrer uma emissão (relativa) de gases poluentes na atmosfera, provocados pelo uso de equipamento (uma máquina perfuratriz) e um veículo de apoio, que consomem combustível fóssil (derivados de petróleo), principalmente o CO, CO₂ e compostos de enxofre em geral, o que pode ser considerado como desprezível pelo número de equipamentos envolvidos.

10.4 - Ruídos

Da mesma forma, esse impacto ocorre, em aspecto perceptível, apenas na fase de operação de implantação da obra, quando as máquinas e veículo de apoio estão em operação.

10.5 - Alteração do microclima

Em função das características do empreendimento e suas dimensões de forma localizada, não está prevista alteração nesse componente.

10.6 – Quanto ao solo/subsolo

Os componentes inseridos no componente ambiental solo/subsolo serão provenientes dos entulhos, da água da chuva, resto de materiais empregados na obra, como cimento, areia, etc.

10.6.1 - Estrutura física

O impacto ambiental, em caso de ocorrência, iria incidir em um ambiente que já não apresenta as características primitivas, uma vez que a restrita área do empreendimento (100,00 m²) já passou por serviços de desmatamento, faltando apenas serviços de limpeza do terreno. No caso da implantação do poço, serão perfurados cerca de 60,00 m, para atingimento da vazão necessária, com a devida obediência às especificações técnicas e normas que regem a matéria, de modo a evitar uma eventual contaminação do lençol aquífero, conforme material técnico componente deste projeto.

10.6.2 - Erosão

A erosão do solo é causada pelas forças que atuam sobre o mesmo, como a precipitação de chuvas, que é o fator que se apresenta de forma máis corriqueira na região. A intensidade de sua ocorrência está vinculada às características do solo, como declividade e respectivo comprimento, capacidade de infiltração de água no solo e a cobertura vegetal.

No caso presente, pela topografia praticamente plana dos terrenos e pela natureza da obra em si, essa perspectiva fica descartada.

10.6.3 - Lançamento de resíduos sólidos

A execução das diversas atividades previstas para a consecução do empreendimento deverá envolver embalagens para alimentos dos trabalhadores e outros materiais que, se abandonados na área em forma de lixo, atuariam como resíduos sólidos com impactação negativa para a composição química do solo/subsolo, contribuindo diretamente para uma decorrente degradação ambiental.

Em vista disso, a empresa ou órgão responsável pela execução do empreendimento deverá coletar, acondicionar e, posteriormente, dar o destino adequado a esses resíduos, evitando assim esses efeitos nocivos.

Por sua vez, o canteiro de obras da empresa executora dos serviços deverá ser dotado de sanitário com fossa biológica, de forma a evitar o carreamento de resíduos fecais para os cursos hídricos.

10.6.4 - Lançamento de efluente líquido

O manuseio de alguns produtos utilizados na oficina de manutenção de máquinas e equipamentos do empreendimento tende a gerar os efluentes líquidos respectivos. E esses tais resíduos (óleos, graxas e outros produtos químicos), se indevidamente lançados ao solo, logicamente viriam a causar impactos negativos ao meio ambiente. Em vista disso, esses efluentes deverão ser coletados e acondicionados para uma posterior destinação pertinente, como refino, reciclagem ou uso em outra atividade afim.

10.6.5 - Relevo/paisagem

Pela topografia plana do terreno e pela natureza da obra em si, não haverá alteração do relevo/paisagem local.

10.7 – Quanto às águas superficiais

Pelas características da obra, os recursos hídricos na área do empreendimento não deverão ser afetados, permanecendo os rios e igarapés sem qualquer interferência.

10.8 – Quanto ao aumento populacional

Como se sabe, os trabalhos em questão se referem à implantação de sistema de abastecimento de água.

Nesse sentido, o empreendimento não atua como grande pólo atrativo de mão-de-obra, uma vez que esses trabalhos exigem um número restrito de técnicos e operários, que deverá ficar limitado à cerca 11 (onze) pessoas, de acordo com o projeto executivo. Portanto, não deverá haver impacto ambiental quanto ao deslocamento da mão-de-obra necessária ao empreendimento.

10.9 - ACOMPANHAMENTO TÉCNICO

A atuação do engenheiro responsável será norteadada para a gerência do empreendimento, observando as questões técnico-construtivas pertinentes, em consonância com os planejamentos estratégico, financeiro e operacional estabelecidos. Contudo, será também função do engenheiro responsável o monitoramento das ações no que toca aos aspectos ambientais, buscando sempre eliminar e/ou mitigar os possíveis danos ao meio ambiente durante e execução do empreendimento.

10.10 – CONCLUSÃO QUANTO AO ASPECTO AMBIENTAL:

Dessa forma, na avaliação dos eventuais impactos ambientais que seriam causados à área pela materialização do empreendimento, em função dos aspectos que consideramos relevantes, somos de entendimento que as obras de implantação de sistema de abastecimento de água, objeto deste estudo, não deverão acarretar efeito nocivo ao meio ambiente, além do que deverão representar para o INCRA e para a Municipalidade o cumprimento de uma etapa importante para o desenvolvimento sócio-econômico da área em referência, com reflexos positivos para a qualidade de vida das famílias que ali residem e motivação maior para sua permanência no campo.

11 ELEMENTOS PARA O PROJETO

11.1 Parâmetros e Critérios de Projeto

11.1.1 ALCANCE DO PROJETO

- 360 dias, para alcance do projeto.

11.1.2 PROGRAMAÇÃO:

- 2023 – Estudos e início da implantação do projeto;
- 2024 – Conclusão das obras e alcance do projeto.

11.1.3 PARÂMETROS DE PROJETO

- População atendida = 333 famílias;
- Consumo per-capita bruta = 100,00L/pessoa/dia (água para consumo humano);
- Consumo diário por residência: 500,00L/dia.

11.1.4 CRITÉRIOS OPERACIONAIS

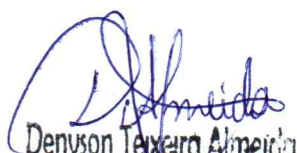
- Tempo de funcionamento dos sistemas de produção (dia de maior consumo) = até 8,0 h/dia (manancial subterrâneo).

11.1.5 ESTUDO DE CONCEPÇÃO

A escolha da fonte de produção, os critérios para a alternativa escolhida e o sistema proposto, assim como a descrição sucinta do tratamento proposto para a água são demonstrados no Projeto Básico e Especificações Técnicas anexas ao Projeto.

12 ANEXOS

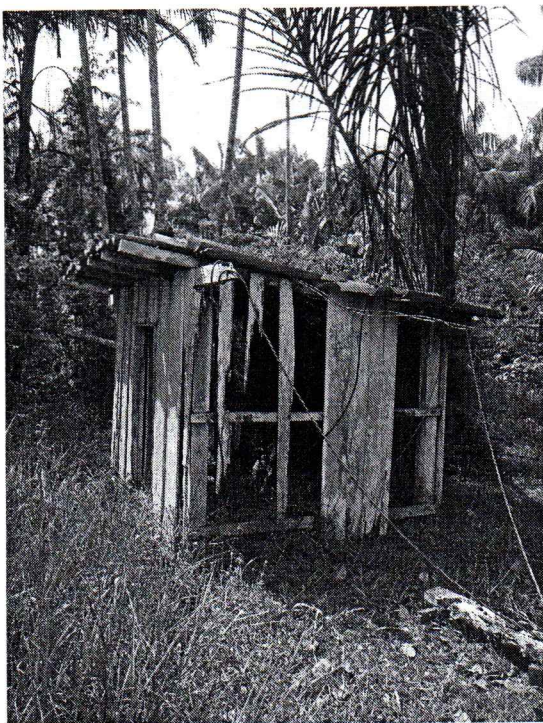
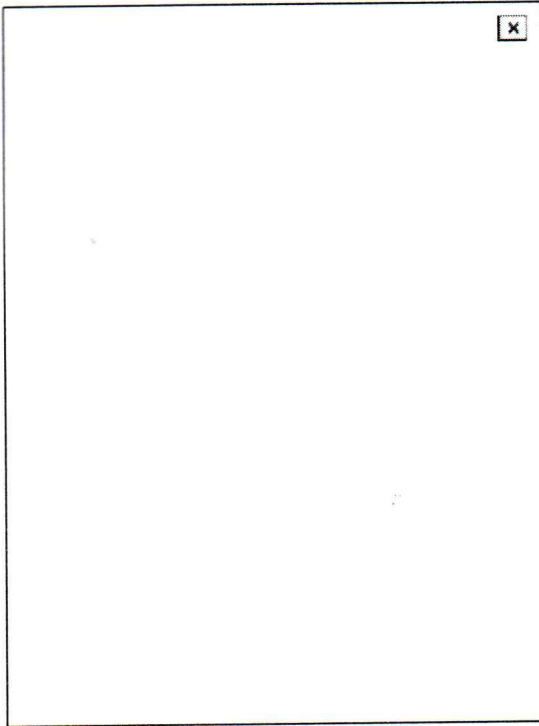
- Planilhas de Quantidades e Custos;
- Cronograma Físico-financeiro;
- Especificações Técnicas;
- Desenhos e Modelos e outros documentos necessários para melhor análise.



Denyson Teixeira Almeida
Engenheiro Civil
RN 150992262 - 8PA

Engenheiro Civil – CREA nº

MEMORIAL FOTOGRÁFICO



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA CONSTRUÇÃO DE POÇOS

1. Estudo eletromagnético para a localização do poço a ser perfurado

Antes da perfuração do poço, deverá ser realizado um levantamento geofísico para que seja evitado poço sem aquífero (poço seco).

2. Perfuração

Será inicialmente feita a perfuração com broca de 4" e a seguir será feito o alargamento com brocas de 10" até a profundidade de projeto.

A profundidade final poderá ser alterada pela Fiscalização em função da espessura dos aquíferos atravessados e da vazão estimada.

Antes da operação de alargamento o poço deverá ser condicionado para se realizar a perfilagem de apoio.

Após amostras coletadas e secas deverão ser mantidas no local da obra acondicionada em sacos plásticos transparentes, etiquetados com o intervalo de profundidade e identificação do poço.

Deverá ser registrado o tempo de penetração de cada metro perfurado. E a cada 15 m perfurados, deverá ser registrada a inclinação do poço.

Admitir-se a utilização de bentonita, apenas durante a primeira etapa de execução do furo guia e até a colocação do tubo.

3. Verticalidade e Alinhamento

Dependendo do registro da inclinação do poço durante a perfuração, a Fiscalização exigirá ou não o ensaio de verticalidade e alinhamento do referido poço.

O ensaio da verticalidade e alinhamento, caso necessário, deverá ser feito logo após a descida do pré-filtro.

As leituras dos desvios deverão ser anotadas numa planilha, profundidade x desvio, de modo a permitir o traçado do poço.

4. Desenvolvimento

Para desenvolvimento do poço poderão ser utilizados os seguintes processos: ar comprimido, êmbolo de agitação ou equipamento de jato de alta velocidade. O

desenvolvimento do poço deverá ser contínuo até que a água esteja límpida e livre de areia.

Para estipulação dos aquíferos poderão ser usados poli-fosfatos.

A água do poço será considerada livre de areia quando as amostras colhidas durante uma prova de bombeamento não contiverem mais do que 2ppm de areia, em peso.

5. Revestimento/Filtros e Pré-filtros

O revestimento de tubo PVC geomecânico "REFORÇADO", com Ø 6 "(150 mm) de diâmetro e o filtro também em PVC geomecânico" REFORÇADO "de Ø 6" (150 mm) de diâmetro. A ranhura do filtro será determinada com base na análise granulométrica do intervalo produtor.

O pré-filtro deverá ser de material relacionado de acordo com as características granulométricas do aquífero.

6. Teste de Vazão

Após o desenvolvimento do poço deverá ser realizado o teste de vazão.

Na instalação do equipamento de bombeamento do poço, deverá ser usada uma tubulação auxiliar de PVC de Ø1/2 "ou 3/4" destinada à introdução do medidor de nível.

Antes de dar início ao bombeamento o operador deverá medir a posição do nível original d'água (Nível Estático), assim como também medido o nível a cada 10 minutos após o início do bombeamento (Nível Dinâmico).

7. Desinfecção

O poço será desinfetado com uma solução dosada em quantidade tal que se consiga uma concentração no poço de 50 a 150 ppm de cloro livre que deverá permanecer por um período não inferior a 6 horas ou mais, ficando a critério da Fiscalização.

Se a solução for hipoclorito de sódio a 10% deverá ser aplicado meio litro para cada metro cúbico de água no poço, caso a solução aplicada seja água sanitária, usar 5 litro para cada 1.000 litros de água no poço.

Após o período de repouso, a solução deverá ser bombeada totalmente até que a água saia límpida e sem odor de cloro.

8. Proteção Sanitária

Deverá ser construída uma plataforma de proteção sanitária em concreto simples sobre o terreno em volta do tubo de revestimento com 1,60 m de lado e 0,20 m de espessura e caimento para fora.

9. Relatório Final

Após a conclusão do poço deverá ser feito o relatório completo do poço.



Denyson Texeira Almeida
Engenheiro Civil
RN 150992262 - 8PA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

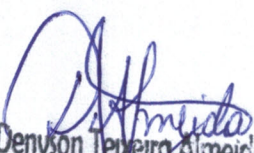
PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA								
LOCALIZAÇÃO:			VILA BOM JESUS DO ARAXITEUA, VILA SANTA MARIA II E VILA SANTA LUZIA I					
Nº DE UNIDADES:			3,00					
Nº DE RESIDÊNCIAS ATENDIDAS:			333,00					
MUNICÍPIO: / PA			ACARÁ / PARÁ					
			BDI: 27,45%					
PLANILHA CONSOLIDADA								
ITEM	TABELA OFICIAL	CÓDIGO	SERVIÇOS / MATERIAL	UN	QUANT	R\$ UNIT	R\$ UNIT+BDI	R\$ TOTAL
1			SERVIÇOS INICIAIS					
1.1	SINAPI	00004813	PLACA DA OBRA	m²	19,20	250,00	318,63	6.117,60
1.2	COMPOSIÇÃO		MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	un	3,00	8.038,32	10.244,84	24.114,96
1.3	SEDOP/PA	010005	BARRACÃO DA OBRA /ESCRITÓRIO EM MADEIRA, INCLUÍDO INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E ELÉTRICAS	m²	54,00	438,42	558,77	30.173,38
1.4	COMPOSIÇÃO		ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	un	3,00	10.523,88	13.412,68	31.571,64
1.5	ORÇAMENTO		ESTUDO HIDROGEOLÓGICO PRELIMINAR, COM EMISSÃO DE ART	un	3,00	15.000,00	-	45.000,00
SUBTOTAL								136.977,58
2			FUNDAÇÃO					
2.1	SINAPI	101174	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 25CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE ARRANQUE	m	75,00	89,74	114,37	8.578,02
2.2	SINAPI	96522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO	m³	8,43	136,26	173,66	1.463,98
2.3	SINAPI	96528	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO EM MADEIRA SERRADA	m²	13,50	197,89	252,21	3.404,85
2.4	SINAPI	92767	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA COM AÇO CA-60 DE 4,20mm	kg	26,55	14,85	18,93	502,49
2.4	SINAPI	96544	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA COM AÇO CA-50 DE 6,30mm	kg	30,00	15,47	19,72	591,50
2.6	SINAPI	96545	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA COM AÇO CA-50 DE 8,00mm	kg	468,63	14,30	18,23	8.540,95
2.7	SINAPI	96546	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA COM AÇO CA-50 DE 10,00mm	kg	54,78	12,69	16,17	885,98
2.8	SINAPI	102482	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,2:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA	m³	12,51	958,81	1.222,00	15.287,26
SUBTOTAL								39.255,03
3			RESERVAÇÃO / TRATAMENTO DE ÁGUA					
3.1	ORÇAMENTO		RESERVATÓRIO COM TANQUES COMBINADOS, AUTO LIMPANTE, EM PRFV(Plástico Reforçado em Fibras de Vidro). COM CAPACIDADE DE RESERVAÇÃO TOTAL 15.000L. PARTE SUP. decantação, TANQUE INF. CONTATO/VASO DE PRESSÃO INTEGRADO, ESCADA MARINHEIRO PRFV. largura total 1.40M, altura total com tampa 10,40M.	un	3,00	40.150,00	51.171,18	153.513,53
3.2	ORÇAMENTO		DOSADOR DE CLORO DE FLUXO CONTÍNUO ASCENDENTE. INCLUINDO CAPACITAÇÃO OPERACIONAL 6 PASTILHAS. 122mm X 620mm E BY PASS	un	3,00	420,50	535,93	1.607,78
3.3	ORÇAMENTO		MISTURADOR HIDRAULICO ESTÁTICO, MISTURADOR DE FLUIDOS DIRETAMENTE DENTRO DA TUBULAÇÃO. 2"	un	6,00	379,83	484,10	2.904,59
3.4	ORÇAMENTO		PLATAFORMA MEDINDO 2.50 X 2.50M, EM PRFV(Plástico Reforçado em Fibras de Vidro). SUPORTE BASE,	un	3,00	6.500,00	8.284,25	24.852,75
3.5	COMPOSIÇÃO		INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA DE APOIO	un	3,00	573,36	730,75	2.192,24
SUBTOTAL								185.070,88
4			CAPTAÇÃO - SISTEMA HIDRÁULICO					
4.1			SUCÇÃO/RECALQUE					
4.1.1	SINAPI	00009860	TUBO PVC, ROSCAVEL, 2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	M	210,00	50,42	64,26	13.494,66
4.1.2	SINAPI	00003912	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	un	33,00	34,40	43,84	1.446,81
4.1.3	SINAPI	00003447	COTOVELO 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	un	6,00	51,11	65,14	390,84
4.1.4	SINAPI	00010408	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 2", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE	un	3,00	279,24	355,89	1.067,67
4.1.5	SINAPI	00006298	TE DE FERRO GALVANIZADO, DE 2"	un	3,00	64,97	82,80	248,41
4.1.6	SINAPI	00006028	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 " (REF 1509)	un	6,00	100,01	127,46	764,78
4.1.7	SINAPI	00006305	TE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2" X 1"	un	6,00	71,93	91,67	550,05

ITEM	TABELA OFICIAL	CÓDIGO	SERVIÇOS / MATERIAL	UN	QUANT	R\$ UNIT	R\$ UNIT+BDI	R\$ TOTAL
4.1.8	SINAPI	00000108	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 32 MM X 1", PARA AGUA FRIA	un	6,00	2,01	2,56	15,37
4.1.9	SINAPI	00011675	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 32 MM, COM CORPO	un	6,00	29,83	38,02	228,11
4.1.10	SINAPI	00003536	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIA	un	6,00	2,73	3,48	20,88
4.1.11	SINAPI	00009895	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	un	6,00	15,13	19,28	115,70
4.1.12	SINAPI	00001790	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP FEMEA, DE 2"	un	9,00	129,45	164,98	1.484,86
4.1.13	SINAPI	00009869	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	m	6,00	10,08	12,85	77,08
4.1.14	SINAPI	00000100	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 60 MM X 2", PARA CAIXA	un	15,00	51,52	65,66	984,93
4.1.15	SINAPI	00001925	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	un	9,00	38,34	48,86	439,78
4.1.16	SINAPI	00012428	UNIAO COM ASSENTO CONICO DE BRONZE, DIAMETRO 2'	un	6,00	162,81	207,50	1.245,01
4.1.17	SINAPI	00003148	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	un	15,00	11,58	14,76	221,38
4.1.18	SINAPI	00000122	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	un	36,00	60,01	76,48	2.753,38
4.1.19	SINAPI	00020083	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	un	21,00	67,99	86,65	1.819,72
4.2			EXTRAVASOR / DISTRIBUIÇÃO / DESPEJO/LIGAÇÕES DOMICILIARES			-		
4.2.1	SINAPI	00000100	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGES LIVRES, 60 MM X 2", PARA CAIXA D' AGUA	un	3,00	51,52	65,66	196,99
4.2.2	SINAPI	00001925	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 60MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	un	6,00	38,34	48,86	293,19
4.2.3	SINAPI	00036084	TUBO PVC PBA JEI, CLASSE 12, DN 50 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 5647)	m	1.000,00	13,64	17,38	17.384,18
4.2.3	SINAPI	94652	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 60 MM	m	130,00	41,31	52,65	6.844,45
4.2.4	SINAPI	00007048	TE SOLDAVEL PVC, 90 GRAUS, COM REDUÇÃO 60 MM X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	un	3,00	20,46	26,08	78,23
4.2.5	SINAPI	00001194	CAP PVC, SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	un	3,00	7,98	10,17	30,51
4.2.6	SINAPI	00006028	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 " (REF 1509)	un	6,00	100,01	127,46	764,78
4.2.7	SINAPI	00009910	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	un	9,00	80,85	103,04	927,39
4.2.9	SINAPI	00001419	COLAR TOMADA PVC, COM TRAVAS, SAIDA COM ROSCA, DE 50 MM X 1/2" OU 60 MM X 3/4"	un	83,00	8,42	10,73	890,70
4.2.10	SINAPI	00000107	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA	un	83,00	0,91	1,16	96,26
4.2.11	SINAPI	00011673	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 20 MM, COM CORPO	un	83,00	14,59	18,59	1.543,38
4.2.12	SINAPI	00009867	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 20 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	m	1.992,00	4,14	5,28	10.510,65
4.2.13	SINAPI	00003542	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	un	166,00	0,67	0,85	141,75
4.2.14	SINAPI	00003521	JOELHO PVC, SOLDAVEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	un	83,00	2,22	2,83	234,84
4.2.15	SINAPI	00011831	TORNEIRA PLASTICA PARA TANQUE 1/2 " OU 3/4 " COM BICO PARA MANGUEIRA	un	83,00	19,03	24,25	2.013,06
4.2.16	ORÇAMENTO		VÁLVULA VENTOSA DUPLA FUNÇÃO, ENTRADA E SAIDA DE AR. DN 2" marca AZUD	un	3,00	587,70	749,02	2.247,06
4.2.17	SINAPI	00000100	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 60 MM X 2", PARA CAIXA	un	3,00	51,52	65,66	196,99
4.2.18	SINAPI	90091	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUS M3 ANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	m3	561,96	6,15	7,84	4.404,74
4.2.19	SINAPI	93379	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBAA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 A 1,5 M, PROFUN DIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL D E INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	m3	561,96	17,19	21,91	12.311,79
4.2.20	SINAPI	97121	ASSENTAMENTO DE TUBO DE PVC PBA PARA REDE DE ÁGUA, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICO INTEGRADO	M	1.130,00	1,99	2,54	2.865,97
SUBTOTAL							91.346,30	91.346,30
5			CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA- POÇO TUBULAR 6" X 60m					0,00
5.1	SEDOP/PA	220497	PERFURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POÇO TUBULAR, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE TUBO GEOMECÂNICO E FILTRO. DN = 6", STANDARD, INCLUINDO DESINFECÇÃO, RELATÓRIO TÉCNICO, GEOTAMPA E BASE DE PROTEÇÃO.	M	300,00	745,53	950,18	285.054,62
5.1	ORÇAMENTO		MOTOBOMBA SUBMERSA SOLAR OM4A 3 HP 380V 60Hz, 201 QC SOLAR TSIK TRI 3HP 9,5A 380V - INV/BM SUB < 200M QC SOLAR TSIK TRI 3 / 4HP 380V 60Hz CORRENTE MÁX. DE SAIDA 9.5A S/OPC SEM REATÂNCIA - DISTÂNCIA ENTRE INVERSOR E MOTOBOMBA SUBMERSA MENOR QUE 200M - PARA 14 PAINÉIS COM QUADRO 4TSM-6008D com 1 proteção para cabo	un	3,00	20.308,33	25.882,97	77.648,91
5.2	ORÇAMENTO		PLACA SOLAR POLI. 340Wp (ESP340W)PLACA SOLAR POLICRISTALINO 340Wp (ESP340W) - 72 CÉLULAS -1956x992x40m	un	42,00	1.687,50	2.150,71	90.330,01

ITEM	TABELA OFICIAL	CÓDIGO	SERVIÇOS / MATERIAL	UN	QUANT	R\$ UNIT	R\$ UNIT+BDI	R\$ TOTAL
5.3	ORÇAMENTO		SUPORTE METÁLICO PARA INSTALAÇÃO DO PAINEL SOLAR /4	un	9,00	1.399,18	1.783,26	16.049,33
5.4	ORÇAMENTO		CABO SOLAR FLEX 06MM - PRETO E VERMELHO	m	600,00	6,56	8,36	5.013,88
5.4	ORÇAMENTO		CHAVE REVERSORA TRIFÁSICA 20A 220/380 3HP	un	3,00	370,50	472,20	1.416,61
5.5	ORÇAMENTO		CONECTOR MACHO E FÊMEA MC4	un	45,00	26,45	33,71	1.516,97
5.6	SINAPI	00011991	HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO GALVANIZADO TIPO CANTONEIRA COM 2,00 M DE COMPRIMENTO, 25 X 25 MM E CHAPA DE 3/16"	un	9,00	67,35	85,84	772,54
5.7	SINAPI	00000862	CABO DE COBRE NU 10 MM2 MEIO-DURO	m	30,00	10,65	13,57	407,20
5.8	ORÇAMENTO		STRING BOX C C DISJUNTOR CC - 20A 1100V PARA ENERGIA SOLAR	un	3,00	1.100,00	1.401,95	4.205,85
5.9	SINAPI	00000993	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	un	180,00	1,92	2,45	440,47
5.10	SINAPI	00007588	AUTOMÁTICO DE BOIA SUPERIOR / INFERIOR, *15* A / 250 V	un	6,00	47,22	60,18	361,09
5.11	SINAPI	00003406	ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO PINO MONOCORPO, PARA TENSAO DE *15* KV	un	6,00	24,50	31,23	187,35
5.12	ORÇAMENTO		CABO PP 4 X 10MM 1KV	m	180,00	34,50	43,97	7.914,65
5.13	SINAPI	00000404	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO)	un	30,00	2,79	3,56	106,68
SUBTOTAL								491.426,16
6			ALAMBRADO					
6.1	SINAPI	102363	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZ	M²	60,00	163,67	208,60	12.515,84
SUBTOTAL								12.515,84
					TOTAL GERAL		956.591,80	
					REPASSE		950.000,00	
					CONTRAPARTIDA		6.591,80	
					CUSTO UNITÁRIO		318.863,93	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ										CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO						
Valor da obra: R\$-			956.591,80													
OBRA: CONSTRUÇÃO DE MICROSSISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM CAPACIDADE PARA 15.000 LITROS										Contrato: INCRA / PREFEITURA						
Prazo de execução:			120 dias contados a partir da publicação no DOU							Localização das obras:		VILA BOM JESUS DO ARAXITEUA, VILA SANTA MARIA II E VILA SANTA LUZIA I				
Item	SERVIÇOS	%	Tempo de execução (meses)												Valor do item	
			AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZI/2023	JAN/2024	FEV/2024	MARC/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	(R\$)	
01	SERVIÇOS INICIAIS	14,32%							25% 34.244,39	25% 34.244,39	25% 34.244,39	25% 34.244,39			136.977,58	
02	FUNDAÇÃO	4,10%								100% 39.255,03					39.255,03	
03	RESERVAÇÃO / TRATAMENTO DE ÁGUA	19,35%								100% 185.070,88					185.070,88	
04	CAPTAÇÃO - SISTEMA HIDRÁULICO	9,55%								100% 91.346,30					91.346,30	
05	CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA- POÇO TUBULAR 6" X 60m	51,37%							100% 491.426,16						491.426,16	
06	ALAMBRADO	1,31%										100% 12.515,84			12.515,84	
Desembolso		Simples		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	525.670,55	349.916,61	34.244,39	46.760,24	0,00	0,00	956.591,80	
		Acumulado		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	525.670,55	875.587,16	909.831,56	956.591,80	956.591,80	956.591,80		
Percentual		Simples		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	54,95%	36,58%	3,58%	4,89%	0,00%	0,00%	100,00%
		Acumulado		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	54,95%	91,53%	95,11%	100,00%	100,00%	100,00%	

COMPOSIÇÃO 01									
ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA									
ITEM	FONTE	CÓDIGO	MÃO DE OBRA	UNID.	HORA/DIA	DIAS/MÊS	QUANT. MESES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.1	SINAPI	00040813	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,00	22	0,37	18.923,57	R\$ 6.938,64
1.2	SINAPI	00040819	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,00	22	0,73	4.888,96	R\$ 3.585,24
									R\$ 10.523,88
OBS: A porcentagem do custo total da Administração Local deverá estar enquadrada nos parâmetros do Acórdão nº 2622/2013 - TCU.									


 Denyson Teixeira Almeida
 Engenheiro Civil
 RN 150992262 - 8PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

MEMÓRIA DE CÁLCULO

LOCALIZAÇÃO:

COMUNIDADE SANTA LUZIA I

COORD:

- 1°43'5.52" / -48°23'16.03"

PARÂMETROS POPULACIONAIS

Taxa de crescimento populacional	Tcp	1,0250	
		2,50	%
Per-capta habitacional	p	5	hab/unid
Nº de edificações (2023)	Nh	105	unid
Nº de habitantes	2023	525	habitantes

PROJEÇÃO POPULACIONAL (POPULAÇÃO DE PROJETO)

População de projeto	2033	672	habitantes
População a ser adotada de projeto	Pop proj	520,00	habitantes

PARÂMETROS HIDRÁULICOS

Coefficiente do dia de maior consumo	K ₁	1,10	
Coefficiente da hora de maior consumo	K ₂	1,30	
Consumo de água percapita	q	100	litros/hab/dia
Nº de horas de funcionamento do conjunto moto-bomba	htb	8	horas
Coefficiente de BRESSER	K	1,00	
Coefficiente de HAZEN-WILLIAMS PVC	Coef.PVC	130	
Coefficiente de HAZEN-WILLIAMS F° G°	Coef.F° G°	90	
Profundidade do Poço	PPç	100	m
Diâmetro do Poço	DPç	6	"
Nível Estático do Poço	NE	20	m
Nível Dinâmico do Poço	ND	30	m
Profundidade de colocação da bomba submersível	Pmb	36	m
Comprimento total da tubulação de recalque acima do poço	lr	60	m
Altura na entrada do reservatório elevado	Hr	14,0	m
Distância do Poço até o castelo d'água	DPB	10	m

Cálculo das Demandas

Consumo diário	Cd	52.000,00	litros/dia
		52	m³/dia
Vazão Média	Vm	2,167	m³/h
		0,602	litros/s
		2.166,67	litros/h
Vazão de captação	Vc	7,150	m³/h
		1,986	litros/s
		7.150,00	litros/h
Vazão de distribuição	Vd	3,098	m³/h
		0,861	litros/s
		3.098,33	litros/h

Cálculo da Adutora

Vazão de Produção	Vp	0,0020	m³/s
		0,0446	m
Diâmetro da Adutora	DN A	53,4	mm
		2	"

Cálculo da Perda de Carga na Adutora

Peças	Ø (m)	Nº de Ø	Quantidade	L (m)
Ampliação gradual	0,0534	30	0	0,00
Curva de 90°	0,0534	30	5	8,01
Registro de Gaveta	0,0534	8	2	0,85
Válvula de retenção	0,0534	100	1	5,34
Curva de 45°	0,0534	15	1	0,80
Tê Passagem Direta	0,0534	20	1	1,07
Total de Comprimento Equivalente	Ce		16,07	m
Perda de carga localizada	hp Ce		0,332	m
Comprimento de tubulação da bomba até a boca do poço	Ct		46,00	m
Perda de carga na tubulação	hp Ct		0,949	m
Comprimento de tubulação da boca do poço até a entrada na caixa d'água	Ct		60,00	m
Perda de carga na tubulação	hp Ct		1,238	m
Perda de Carga total na adução	HPT		2,52	m


Denyson Texeira Almeida
Engenheiro Civil
RN 150992262 - 8PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ

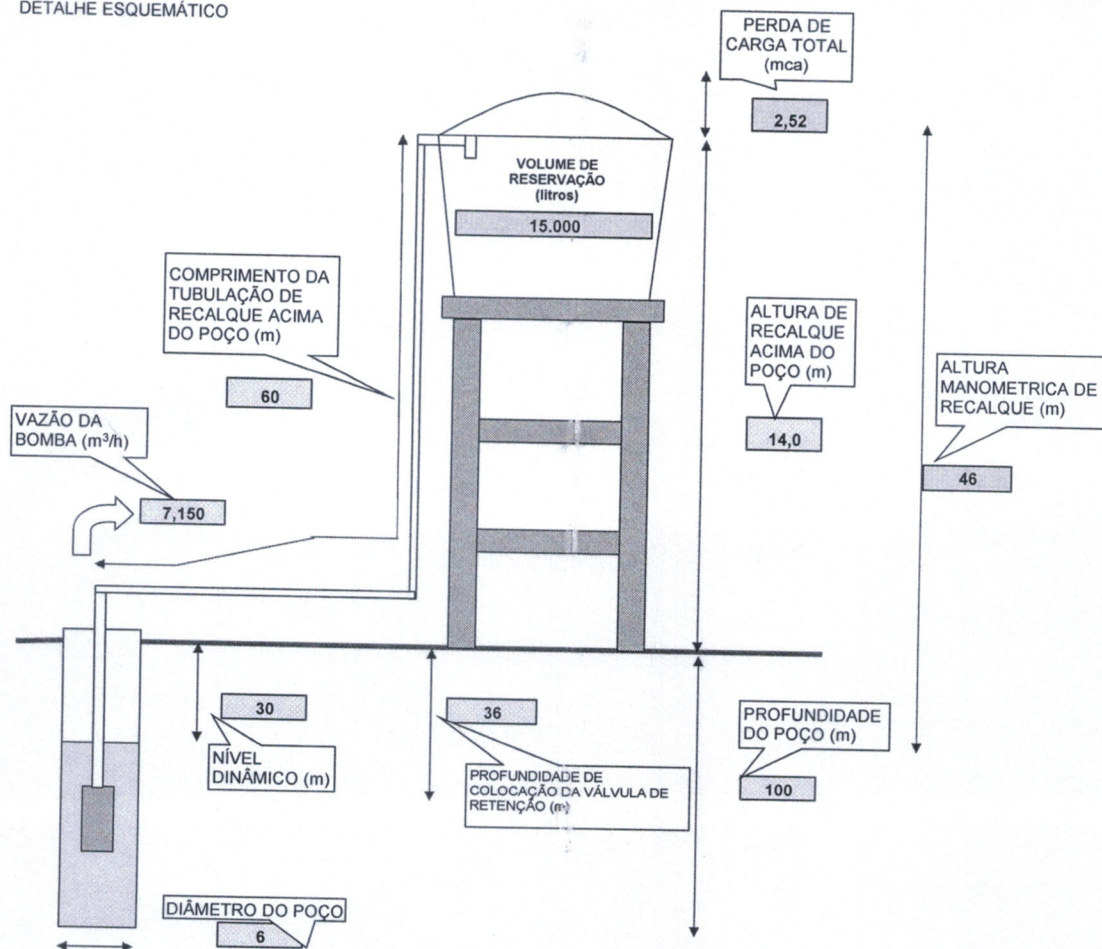
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Cálculo da Altura Manométrica Total			
Perda de Carga total na adução	HPT	2,52	m
Nível Dinâmico do Poço	ND	30	m
Diferença de cota entre o poço e o reservatório	Dif	0	m
Altura na entrada do reservatório elevado	Hr	14,0	m
Altura Manométrica	HManT	46,52	mca
		46,00	mca
Especificação do Conjunto Moto-Bomba Centrífuga			
Vazão de Captação	Vc	7,150	m³/h
Altura Manométrica	HManT	46,00	mca
Marca: Branco ou similar			
Modelo:	Potência:	3,00	CV
Cálculo da Reservação			
Consumo diário	Cd	52.000	litros/dia
		52	m³/dia
Coefficiente do dia de maior consumo	K ₁	1,10	
Capacidade de reservação do Consumo diário	CRCd	5	part consumo
Volume de reservação	Vol	11440,00	litros
Volume adotado	Vol Ado	15.000	litros
		15	m³
Cálculo da Rede de Distribuição			
Pressão Mínima	Pmin	10	m.c.a
Diâmetro mínimo	Ø mín	50	mm
Vazão de distribuição	Vd	3,10	m³/h
		0,861	litros/s
Comprimento total da rede de distribuição	C T Rede	20	m
Vazão específica	Q esp	0,02868827	litros/s.m
Cálculo do Sistema de cloração			
Vazão a tratar	Vt	7,150	m³/h
Tempo de operação	t	8	horas/dia
Dosagem de cloro desejada	dcd	2	mg/l
Teor de cloro na pastilha	%cp	60,00	%
Taxa de dissolução na pastilha	Txd	100	g/h
Quantidade de cloro necessário	Qcn	14,3	g/h
Quantidade de pastilhas necessárias	Qpn	23,83	g/h
Número de dosadores	Nd	0,24	
Número de dosadores adotado	Nda	1,00	
Dimensionamento de captação e sistema elétrico			
Potência do motor-bomba submersa calculado	Pmb	2,91	CV
Potência do motor-bomba submersa adotado		3,00	CV
Capacidade mínima requerida do gerador	Cmin G	18,75	KVA
% de acréscimo para garantir um arranque seguro do motor	Amt	25	%
Capacidade oferecida em regime nominal pelo gerador	C O G	23,44	KVA
		15	KVA


Denyson Teixeira Almeida
Engenheiro Civil
RN 150992262 - 8PA

DETALHE ESQUEMÁTICO



Denyson Teixeira Almeida
Denyson Teixeira Almeida
Engenheiro Civil
RN 150992262 - 8PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

MEMÓRIA DE CÁLCULO

LOCALIZAÇÃO:

VILA BOM JESUS DO ARAXITEUA

COORD:

-01 44' 16,386" / -48 14' 08,531"

PARÂMETROS POPULACIONAIS

Taxa de crescimento populacional	Tcp	1,0250	
		2,50	%
Per-capta habitacional	p	5	hab/unid
Nº de edificações (2023)	Nh	83	unid
Nº de habitantes	2023	415	habitantes

PROJEÇÃO POPULACIONAL (POPULAÇÃO DE PROJETO)

População de projeto	2033	531	habitantes
População a ser adotada de projeto	Pop proj	500,00	habitantes

PARÂMETROS HIDRÁULICOS

Coeficiente do dia de maior consumo	K ₁	1,10	
Coeficiente da hora de maior consumo	K ₂	1,30	
Consumo de água percapita	q	120	litros/hab/dia
Nº de horas de funcionamento do conjunto moto-bomba	htb	8	horas
Coeficiente de BRESSER	K	1,00	
Coeficiente de HAZEN-WILLIAMS PVC	Coef.PVC	130	
Coeficiente de HAZEN-WILLIAMS Fº Gº	Coef.Fº Gº	90	
Profundidade do Poço	PPç	100	m
Diâmetro do Poço	DPç	6	"
Nível Estático do Poço	NE	20	m
Nível Dinâmico do Poço	ND	30	m
Profundidade de colocação da bomba submersível	Pmb	36	m
Comprimento total da tubulação de recalque acima do poço	lr	60	m
Altura na entrada do reservatório elevado	Hr	14,0	m
Distância do Poço até o castelo d'água	DPB	10	m

Cálculo das Demandas

Consumo diário	Cd	60.000,00	litros/dia
		60	m³/dia
Vazão Média	Vm	2,500	m³/h
		0,694	litros/s
		2.500,00	litros/h
Vazão de captação	Vc	8,250	m³/h
		2,292	litros/s
		8.250,00	litros/h
Vazão de distribuição	Vd	3,575	m³/h
		0,993	litros/s
		3.575,00	litros/h

Cálculo da Adutora

Vazão de Produção	Vp	0,0023	m³/s
		0,0479	m
Diâmetro da Adutora	DN A	53,4	mm
		2	"

Cálculo da Perda de Carga na Adutora

Peças	Ø (m)	Nº de Ø	Quantidade	L (m)
Ampliação gradual	0,0534	30	0	0,00
Curva de 90º	0,0534	30	5	8,01
Registro de Gaveta	0,0534	8	2	0,85
Válvula de retenção	0,0534	100	1	5,34
Curva de 45º	0,0534	15	1	0,80
Tê Passagem Direta	0,0534	20	1	1,07
Total de Comprimento Equivalente	Ce		16,07	m
Perda de carga localizada	hp Ce		0,432	m
Comprimento de tubulação da bomba até a boca do poço	Ct		46,00	m
Perda de carga na tubulação	hp Ct		1,236	m
Comprimento de tubulação da boca do poço até a entrada na caixa d'água	Ct		60,00	m
Perda de carga na tubulação	hp Ct		1,613	m
Perda de Carga total na adução	HPT		3,28	m

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ

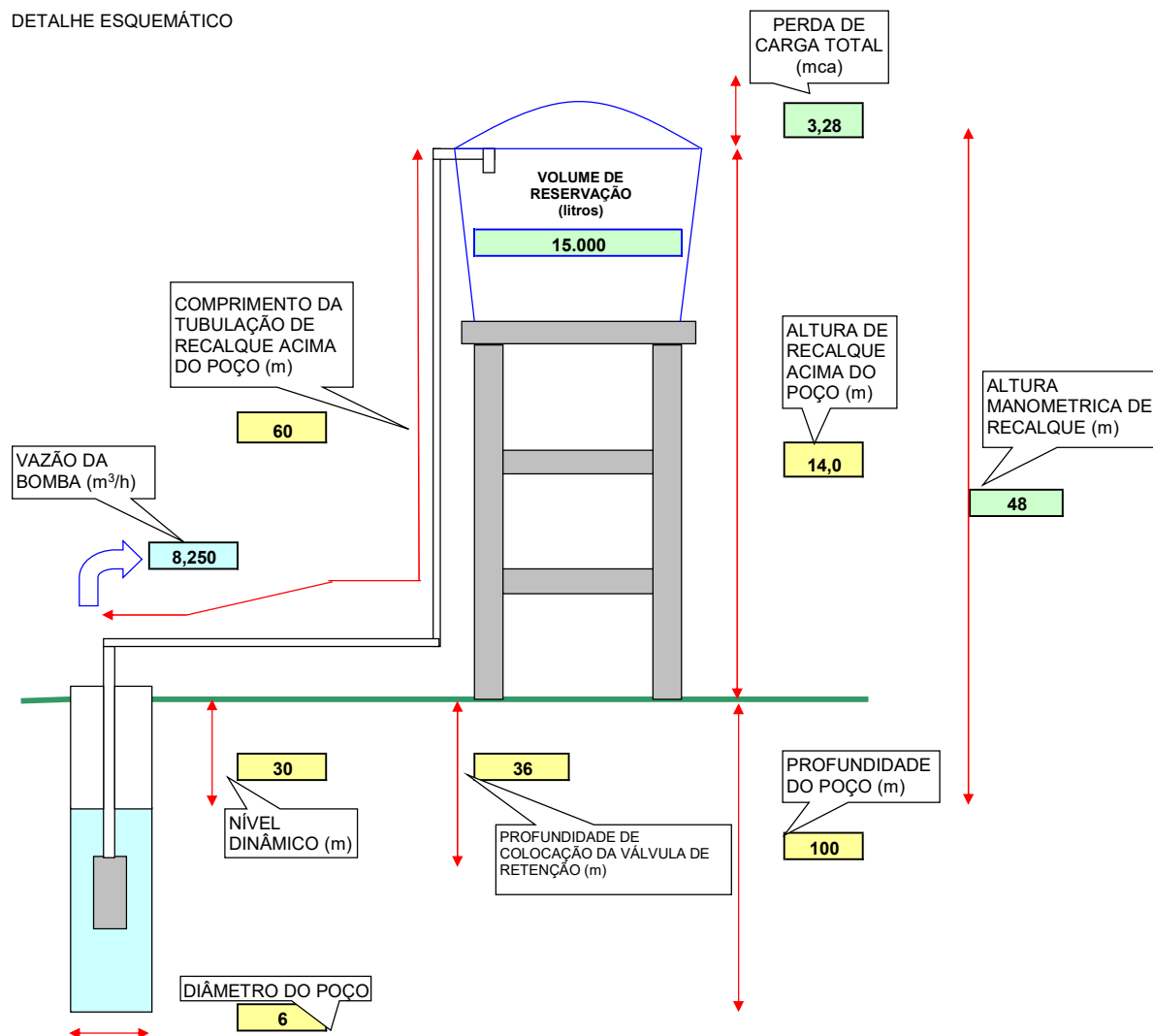
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Cálculo da Altura Manométrica Total			
Perda de Carga total na adução	HPT	3,28	m
Nível Dinâmico do Poço	ND	30	m
Diferença de cota entre o poço e o reservatório	Dif	0	m
Altura na entrada do reservatório elevado	Hr	14,0	m
Altura Manométrica	HManT	47,28	mca
		48,00	mca
Especificação do Conjunto Moto-Bomba Centrífuga			
Vazão de Captação	Vc	8,250	m³/h
Altura Manométrica	HManT	48,00	mca
Marca: Branco ou similar			
Modelo:	Potência:	3,00	CV
Cálculo da Reservação			
Consumo diário	Cd	60.000	litros/dia
		60	m³/dia
Coefficiente do dia de maior consumo	K ₁	1,10	
Capacidade de reservação do Consumo diário	CRCd	5	part consumo
Volume de reservação	Vol	13200,00	litros
Volume adotado	Vol Ado	15.000	litros
		15	m³
Cálculo da Rede de Distribuição			
Pressão Mínima	Pmin	10	m.c.a
Diâmetro mínimo	Ø mín	50	mm
Vazão de distribuição	Vd	3,58	m³/h
		0,993	litros/s
Comprimento total da rede de distribuição	C T Rede	1.070	m
Vazão específica	Q esp	0,00092809	litros/s.m
Cálculo do Sistema de cloração			
Vazão a tratar	Vt	8,250	m³/h
Tempo de operação	t	8	horas/dia
Dosagem de cloro desejada	dcd	2	mg/l
Teor de cloro na pastilha	%cp	60,00	%
Taxa de dissolução na pastilha	Txd	100	g/h
Quantidade de cloro necessário	Qcn	16,5	g/h
Quantidade de pastilhas necessárias	Qpn	27,50	g/h
Número de dosadores	Nd	0,28	
Número de dosadores adotado	Nda	1,00	
Dimensionamento de captação e sistema elétrico			
Potência do motor-bomba submersa calculado	Pmb	3,51	CV
Potência do motor-bomba submersa adotado		3,00	CV
Capacidade mínima requerida do gerador	Cmin G	18,75	KVA
% de acréscimo para garantir um arranque seguro do motor	Amt	25	%
Capacidade ofericida em regime nominal pelo gerador	C O G	23,44	KVA
		15	KVA


 Denyson Teixeira Almeida
 Engenheiro Civil
 RN 150992262 - 8PA

DETALHE ESQUEMÁTICO



Denyson Teixeira Almeida
Denyson Teixeira Almeida
Engenheiro Civil
RN 150992262 - 8PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

MEMÓRIA DE CÁLCULO

LOCALIZAÇÃO:

SANTA MARIA II

COORD:

- 1°45'35.73" / -48°24'21.82"

PARÂMETROS POPULACIONAIS

Taxa de crescimento populacional	Tcp	1,0250	
		2,50	%
Per-capta habitacional	p	4	hab/unid
Nº de edificações (2023)	Nh	145	unid
Nº de habitantes	2023	580	habitantes

PROJEÇÃO POPULACIONAL (POPULAÇÃO DE PROJETO)

População de projeto	2033	742	habitantes
População a ser adotada de projeto	Pop proj	580,00	habitantes

PARÂMETROS HIDRÁULICOS

Coefficiente do dia de maior consumo	K ₁	1,10	
Coefficiente da hora de maior consumo	K ₂	1,30	
Consumo de água percapita	q	100	litros/hab/dia
Nº de horas de funcionamento do conjunto moto-bomba	htb	8	horas
Coefficiente de BRESSER	K	1,00	
Coefficiente de HAZEN-WILLIAMS PVC	Coef.PVC	130	
Coefficiente de HAZEN-WILLIAMS Fº Gº	Coef.Fº Gº	90	
Profundidade do Poço	PPç	100	m
Diâmetro do Poço	DPç	6	"
Nível Estático do Poço	NE	20	m
Nível Dinâmico do Poço	ND	30	m
Profundidade de colocação da bomba submersível	Pmb	36	m
Comprimento total da tubulação de recalque acima do poço	Ir	60	m
Altura na entrada do reservatório elevado	Hr	14,0	m
Distância do Poço até o castelo d'água	DPB	10	m

Cálculo das Demandas

Consumo diário	Cd	58.000,00	litros/dia
		58	m³/dia
Vazão Média	Vm	2,417	m³/h
		0,671	litros/s
Vazão de captação	Vc	2.416,67	litros/h
		7,975	m³/h
		2,215	litros/s
Vazão de distribuição	Vd	7.975,00	litros/h
		3,456	m³/h
		0,960	litros/s
		3.455,83	litros/h

Cálculo da Adutora

Vazão de Produção	Vp	0,0022	m³/s
Diâmetro da Adutora	DN A	0,0471	m
		53,4	mm
		2	"

Cálculo da Perda de Carga na Adutora


Peças	Ø (m)	Nº de Ø	Quantidade	L (m)
Ampliação gradual	0,0534	30	0	0,00
Curva de 90º	0,0534	30	5	8,01
Registro de Gaveta	0,0534	8	2	0,85
Válvula de retenção	0,0534	100	1	5,34
Curva de 45º	0,0534	15	1	0,80
Tê Passagem Direta	0,0534	20	1	1,07
Total de Comprimento Equivalente	Ce		16,07	m
Perda de carga localizada	hp Ce		0,406	m
Comprimento de tubulação da bomba até a boca do poço	Ct		46,00	m
Perda de carga na tubulação	hp Ct		1,161	m
Comprimento de tubulação da boca do poço até a entrada na caixa d'água	Ct		60,00	m
Perda de carga na tubulação	hp Ct		1,515	m
Perda de Carga total na adução	HPT		3,08	m

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ

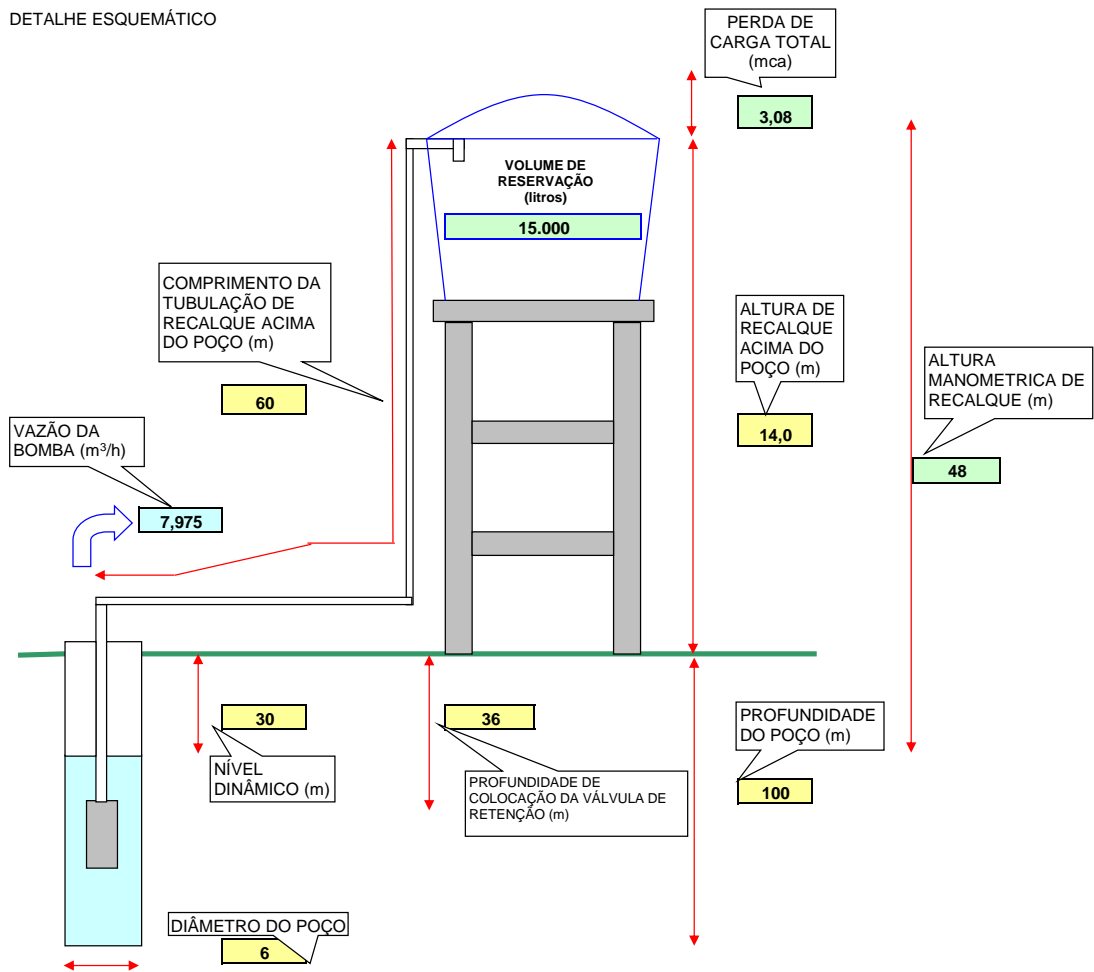
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Cálculo da Altura Manométrica Total			
Perda de Carga total na adução	HPT	3,08	m
Nível Dinâmico do Poço	ND	30	m
Diferença de cota entre o poço e o reservatório	Dif	0	m
Altura na entrada do reservatório elevado	Hr	14,0	m
Altura Manométrica	HManT	47,08	mca
		48,00	mca
Especificação do Conjunto Moto-Bomba Centrífuga			
Vazão de Captação	Vc	7,975	m³/h
Altura Manométrica	HManT	48,00	mca
Marca: Branco ou similar			
Modelo:	Potência:	3,00	CV
Cálculo da Reservação			
Consumo diário	Cd	58.000	litros/dia
		58	m³/dia
Coefficiente do dia de maior consumo	K ₁	1,10	
Capacidade de reservação do Consumo diário	CRCd	5	part consumo
Volume de reservação	Vol	12760,00	litros
Volume adotado	Vol Ado	15.000	litros
		15	m³
Cálculo da Rede de Distribuição			
Pressão Mínima	Pmin	10	m.c.a
Diâmetro mínimo	Ø mín	50	mm
Vazão de distribuição	Vd	3,46	m³/h
		0,960	litros/s
Comprimento total da rede de distribuição	C T Rede	30	m
Vazão específica	Q esp	0,03199846	litros/s.m
Cálculo do Sistema de cloração			
Vazão a tratar	Vt	7,975	m³/h
Tempo de operação	t	8	horas/dia
Dosagem de cloro desejada	dcd	2	mg/l
Teor de cloro na pastilha	%cp	60,00	%
Taxa de dissolução na pastilha	Txd	100	g/h
Quantidade de cloro necessário	Qcn	15,95	g/h
Quantidade de pastilhas necessárias	Qpn	26,58	g/h
Número de dosadores	Nd	0,27	
Número de dosadores adotado	Nda	1,00	
Dimensionamento de captação e sistema elétrico			
Potência do motor-bomba submersa calculado	Pmb	3,39	CV
Potência do motor-bomba submersa adotado		3,00	CV
Capacidade mínima requerida do gerador	Cmin G	18,75	KVA
% de acréscimo para garantir um arranque seguro do motor	Amt	25	%
Capacidade oferecida em regime nominal pelo gerador	C O G	23,44	KVA
		15	KVA


 Denyson Teixeira Almeida
 Engenheiro Civil
 RN 150992262 - 8PA

DETALHE ESQUEMÁTICO



Denyson Teixeira Almeida
Denyson Teixeira Almeida
Engenheiro Civil
RN 150992262 - 8PA

PLANILHA DE CALCULO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA

Trecho	Comprimento m	Vazão (l/s)				Diâmetro		Velocidade m/s	Cota Piezométrica A Montante (m)	Perda de carga (m)	Cota Piezométrica A Jusante (m)	Cota do Terreno (m)		Pressão Disponível		Observações
						DN	interno									
		A Jusante	Em Marcha	A Montante	Fictícia	mm	m					A Montante	A Jusante	A Montante	A Jusante	
A	500	0,000	0,464	0,464	0,232	50	0,044	0,15	17,341	1,568	15,773	0,000	0,000	17,341	15,773	
B	300	0,000	0,278	0,278	0,139	50	0,044	0,09	17,706	0,366	17,341	0,000	0,000	17,706	17,341	
C	200	0,000	0,186	0,186	0,093	50	0,044	0,06	17,821	0,115	17,706	0,000	0,000	17,821	17,706	
D	40	0,742	0,037	0,780	0,761	60	0,0534	0,34	17,949	0,128	17,821	0,000	0,000	17,949	17,821	
E	30	0,965	0,028	0,993	0,979	75	0,0666	0,28	18,000	0,051	17,949	0,000	0,000	18,000	17,949	

Parâmetros de Projeto:

Vazão de distribuição	0,993 l/s
Comprimento total de rede	1.070 m
Vazão por metro de canalização	0,000928 l/s/m
Coefficiente Hazen-Williams C	140

Diâmetro da rede de alimentação	50 mm	Diam. comercial	METRAGEM (M)	TUBULAÇÃO
Cota piezométrica rede de alimentação	15,773 m	40 mm	0	0
Cota do terreno na rede de alimentação	0,000 m	50mm	1000	167
Pressão mínima na rede	15,773 mca	60 mm	40	7
		75 mm	30	5
		85 mm	0	0
		110 mm	0	0
		TOTAL	1070	179


Densyon Teixeira Almeida
Engenheiro Civil
RN 150992262 - 8PA

PLANILHA DE CALCULO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA

Trecho	Comprimento m	Vazão (l/s)				Diâmetro		Velocidade m/s	Cota Piezométrica	Perda de carga (m)	Cota Piezométrica	Cota do Terreno (m)		Pressão Disponível		Observações
						DN	interno									
		A Jusante	Em Marcha	A Montante	Fictícia	mm	m		A Montante (m)		A Jusante (m)	A Montante	A Jusante	A Montante	A Jusante	
A	30	0,000	0,861	0,861	0,430	50	0,044	0,28	18,000	0,295	17,705	0,000	0,000	18,000	17,705	

Parâmetros de Projeto:

Vazão de distribuição	0,861 l/s
Comprimento total de rede	30 m
Vazão por metro de canalização	0,028688 l/s/m
Coefficiente Hazen-Williams C	140

Diâmetro da rede de alimentação	50 mm	Diam. comercial	METRAGEM (M)	TUBULAÇÃO
Cota piezométrica rede de alimentação	17,705 m	40 mm	0	0
Cota do terreno na rede de alimentação	0,000 m	50mm	30	5
Pressão mínima na rede	17,705 mca	60 mm	0	0
		75 mm	0	0
		85 mm	0	0
		110 mm	0	0
		TOTAL	30	5


Densyon Teixeira Almeida
Engenheiro Civil
RN 150982262 - 8PA

PLANILHA DE CALCULO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA

Trecho	Comprimento m	Vazão (l/s)				Diâmetro		Velocidade m/s	Cota Piezométrica	Perda de carga (m)	Cota Piezométrica	Cota do Terreno (m)		Pressão Disponível		Observações
						DN	interno									
		A Jusante	Em Marcha	A Montante	Fictícia	mm	m		A Montante (m)		A Jusante (m)	A Montante	A Jusante	A Montante	A Jusante	
A	30	0,000	0,960	0,960	0,480	60	0,0534	0,21	18,000	0,141	17,859	0,000	0,000	18,000	17,859	

Parâmetros de Projeto:

Vazão de distribuição	0,960 l/s
Comprimento total de rede	30 m
Vazão por metro de canalização	0,031998 l/s/m
Coefficiente Hazen-Williams C	140

Diâmetro da rede de alimentação	50 mm	Diam. comercial	METRAGEM (M)	TUBULAÇÃO
Cota piezométrica rede de alimentação	17,859 m	40 mm	0	0
Cota do terreno na rede de alimentação	0,000 m	50mm	0	0
Pressão mínima na rede	17,859 mca	60 mm	30	5
		75 mm	0	0
		85 mm	0	0
		110 mm	0	0
		TOTAL	30	5


Densyon Teixeira Almeida
Engenheiro Civil
RN 150992262 - 8PA

Calculo da projeção populacional e da demanda

Localidade:

Pop Atual	415 habitantes	
Taxa de crescimento	2,5 %	1,025
Ano 0	2021	
Ano 10	2031	

Parâmetros iniciais hidráulicos

K1	1,1
K2	1,3
Percacpta	120 l hab dia
Parte Rese	5

	Ano	População	Vazão média		Vazão max. Dia		Vazão max. Hora		Reservação litros
			(l/s)	(m³/h)	(l/s)	(m³/h)	(l/s)	(m³/h)	
1	2021	415	0,576	2,075	0,634	2,283	0,824	2,967	10.956,00
2	2022	425	0,590	2,125	0,649	2,338	0,844	3,039	11.220,00
3	2023	436	0,605	2,178	0,666	2,396	0,865	3,115	11.500,50
4	2024	447	0,620	2,233	0,682	2,456	0,887	3,193	11.788,01
5	2025	458	0,636	2,288	0,699	2,517	0,909	3,272	12.082,71
6	2026	469	0,652	2,346	0,717	2,580	0,932	3,354	12.384,78
7	2027	481	0,668	2,404	0,735	2,645	0,955	3,438	12.694,40
8	2028	493	0,685	2,464	0,753	2,711	0,979	3,524	13.011,76
9	2029	505	0,702	2,526	0,772	2,779	1,003	3,612	13.337,05
10	2030	518	0,719	2,589	0,791	2,848	1,028	3,702	13.670,48
11	2031	531	0,737	2,654	0,811	2,919	1,054	3,795	14.012,24
12	2032	544	0,756	2,720	0,831	2,992		3,890	14.362,55
13	2033	558	0,774	2,788	0,852	3,067	1,108	3,987	14.721,61
14	2034	572	0,794	2,858	0,873	3,144	1,135	4,087	15.089,65
15	2035	586	0,814	2,929	0,895	3,222	1,164	4,189	15.466,89
16	2036	601	0,834	3,003	0,917	3,303	1,193	4,294	15.853,57
17	2037	616	0,855	3,078	0,940	3,385	1,223	4,401	16.249,91
18	2038	631	0,876	3,155	0,964	3,470	1,253	4,511	16.656,15
19	2039	647	0,898	3,233	0,988	3,557	1,284	4,624	17.072,56
20	2040	663	0,921	3,314	1,013	3,646	1,317	4,739	17.499,37
	2041	679	0,944	3,397	1,038	3,737	1,349	4,858	17.936,86
	2042	696	0,967	3,482	1,064	3,830	1,383	4,979	18.385,28


 Denyson Teixeira Almeida
 Engenheiro Civil
 RN 150992262 - 8PA

Calculo da projeção populacional e da demanda


Localidade:

Pop Atual 725 habitantes
 Taxa de crescimento 2,5 % 1,025
 Ano 0 2021
 Ano 10 2031

Parâmetros iniciais hidráulicos

K1 1,1
 K2 1,3
 Percapta 120 l hab dia
 Parte Rese 5

	Ano	População	Vazão média		Vazão max. Dia		Vazão max. Hora		Reservação
			(l/s)	(m³/h)	(l/s)	(m³/h)	(l/s)	(m³/h)	
1	2021	725	1,007	3,625	1,108	3,988	1,440	5,184	19.140,00
2	2022	743	1,032	3,715	1,135	4,087	1,476	5,312	19.615,20
3	2023	762	1,058	3,808	1,164	4,189	1,513	5,445	20.105,58
4	2024	781	1,084	3,903	1,193	4,293	1,550	5,581	20.608,22
5	2025	800	1,111	4,001	1,222	4,401	1,589	5,721	21.123,42
6	2026	820	1,139	4,101	1,253	4,511	1,629	5,864	21.651,51
7	2027	841	1,168	4,203	1,284	4,623	1,670	6,011	22.192,80
8	2028	862	1,197	4,308	1,316	4,739	1,711	6,161	22.747,62
9	2029	883	1,227	4,416	1,349	4,858	1,754	6,315	23.316,31
10	2030	905	1,257	4,526	1,383	4,979	1,798	6,473	23.899,22
11	2031	928	1,289	4,640	1,418	5,103	1,843	6,635	24.496,70
12	2032	951	1,321	4,756	1,453	5,231	1,889	6,800	25.109,11
13	2033	975	1,354	4,874	1,489	5,362	1,936	6,970	25.736,84
14	2034	999	1,388	4,996	1,527	5,496	1,985	7,145	26.380,26
15	2035	1024	1,423	5,121	1,565	5,633	2,034	7,323	27.039,77
16	2036	1050	1,458	5,249	1,604	5,774	2,085	7,506	27.715,76
17	2037	1076	1,495	5,380	1,644	5,918	2,137	7,694	28.408,66
18	2038	1103	1,532	5,515	1,685	6,066	2,191	7,886	29.118,87
19	2039	1131	1,570	5,653	1,727	6,218	2,245	8,084	29.846,85
20	2040	1159	1,609	5,794	1,770	6,374	2,302	8,286	30.593,02
	2041	1188	1,650	5,939	1,815	6,533	2,359	8,493	31.357,84
	2042	1217	1,691	6,087	1,860	6,696	2,418	8,705	32.141,79


 Denyson Teixeira Almeida
 Engenheiro Civil
 RN 150992262 - 8PA

Calculo da projeção populacional e da demanda

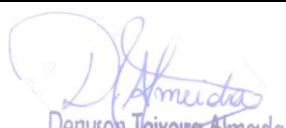
Localidade:

Pop Atual	525 habitantes	
Taxa de crescimento	2,5 %	1,025
Ano 0	2021	
Ano 10	2031	


Parâmetros iniciais hidráulicos

K1	1,1
K2	1,3
Percacpta	120 l hab dia
Parte Rese	5

	Ano	População	Vazão média		Vazão max. Dia		Vazão max. Hora		Reservação
			(l/s)	(m³/h)	(l/s)	(m³/h)	(l/s)	(m³/h)	
1	2021	525	0,729	2,625	0,802	2,888	1,043	3,754	13.860,00
2	2022	538	0,747	2,690	0,822	2,959	1,069	3,847	14.203,20
3	2023	551	0,766	2,757	0,842	3,033	1,095	3,943	14.558,28
4	2024	565	0,785	2,826	0,864	3,109	1,123	4,041	14.922,24
5	2025	579	0,805	2,897	0,885	3,187	1,151	4,142	15.295,29
6	2026	594	0,825	2,969	0,907	3,266	1,179	4,246	15.677,68
7	2027	609	0,845	3,043	0,930	3,348	1,209	4,352	16.069,62
8	2028	624	0,867	3,120	0,953	3,432	1,239	4,461	16.471,36
9	2029	640	0,888	3,198	0,977	3,517	1,270	4,573	16.883,14
10	2030	656	0,910	3,278	1,001	3,605	1,302	4,687	17.305,22
11	2031	672	0,933	3,359	1,026	3,695	1,334	4,804	17.737,85
12	2032	689	0,957	3,443	1,052	3,788	1,368	4,924	18.181,30
13	2033	706	0,980	3,530	1,078	3,882	1,402	5,047	18.635,83
14	2034	724	1,005	3,618	1,105	3,980	1,437	5,173	19.101,72
15	2035	742	1,030	3,708	1,133	4,079	1,473	5,303	19.579,27
16	2036	760	1,056	3,801	1,161	4,181	1,510	5,435	20.068,75
17	2037	779	1,082	3,896	1,190	4,286	1,548	5,571	20.570,47
18	2038	799	1,109	3,993	1,220	4,393	1,586	5,710	21.084,73
19	2039	819	1,137	4,093	1,251	4,502	1,626	5,853	21.611,85
20	2040	839	1,165	4,195	1,282	4,615	1,667	6,000	22.152,14
	2041	860	1,195	4,300	1,314	4,730	1,708	6,150	22.705,95
	2042	882	1,224	4,408	1,347	4,849	1,751	6,303	23.273,60

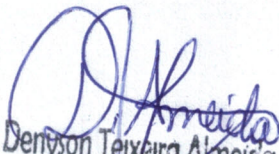

 Denyson Teixeira Almeida
 Engenheiro Civil
 RN 150992262 - 8PA

No: 3.7	SERVIÇO: INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA DE APOIO			UNIDADE: UNIDADE	
DESCRIÇÃO: INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA DE APOIO					
COD. SINAPI	DESCRIÇÃO INSUMO	UNID.	CONS.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
MÃO-DE-OBRA DIRETA					
00044497	MONTADOR	H	12,000	14,78	177,36
00044499	AJUDANTE DE MONTADOR	H	36,000	11,00	396,00
	CUSTO MÃO-DE-OBRA				573,36
	ENCARGOS SOCIAIS	118,66%	% SOBRE MDO		0,00
	TOTAL MÃO-DE-OBRA				573,36
MATERIAL EMPREGADO					
	TOTAL MATERIAL				-
	CUSTO TOTAL (MDO + MAT)				573,36
	B.D.I.		% SOBRE C. TOTAL		-
	TOTAL GERAL				573,36
CRITÉRIO DE MEDIÇÃO/OBSERVAÇÕES:					


 Denyson Teixeira Almeida
 Engenheiro Civil
 RN 150992262 - 8PA

SERVIÇO:							UNIDADE: und	Global
MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS							Valor (R\$):	11.662,56
EQUIPAMENTO								
CÓDIGO SINAPI/SICRO 02	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	Q. JANT.	PROD	IMPROD	P.UNIT. PROD	P.UNIT. IMPR	P.TOTAL
100945	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO CARROCERIA 9 T, LEITO NATURAL	TxKM	1.380,00			2,72		2.937,60
89271	GUINDASTE HIDRÁULICO	H	24,00			28,61		686,64
MÃO DE OBRA								
	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.				P.UNIT.	P.TOTAL
88241	AJUDANTE GERAL	H	96,00				19,69	1.890,24
88296	OPERADOR DE GUINDASTE	H	96,00				26,29	2.523,84
							SUB-TOTAL:	4.414,08
PRODUÇÃO DA EQUIPE							CUSTO	4.414,08
							TOTAL - R\$	8.038,32
							BDI	%
							TOTAL DO SERVIÇO NO CONTRATO (R\$):	8.038,32

DISTÂNCIA SEDE ATÉ CARMO = 13 KM


 Denyson Teixeira Almeida
 Engenheiro Civil
 RN 150912262 - 8PA

PLANILHA DE CALCULO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA

Trecho	Comprimento m	Vazão (l/s)				Diâmetro		Velocidade m/s	Cota Piezométrica	Perda de carga (m)	Cota Piezométrica	Cota do Terreno (m)		Pressão Disponível		Observações
						DN	interno									
		A Jusante	Em Marcha	A Montante	Fictícia	mm	m		A Montante (m)		A Jusante (m)	A Montante	A Jusante	A Montante	A Jusante	
A	500	0,000	0,464	0,464	0,232	50	0,044	0,15	17,341	1,568	15,773	0,000	0,000	17,341	15,773	
B	300	0,000	0,278	0,278	0,139	50	0,044	0,09	17,706	0,366	17,341	0,000	0,000	17,706	17,341	
C	200	0,000	0,186	0,186	0,093	50	0,044	0,06	17,821	0,115	17,706	0,000	0,000	17,821	17,706	
D	40	0,742	0,037	0,780	0,761	60	0,0534	0,34	17,949	0,128	17,821	0,000	0,000	17,949	17,821	
E	30	0,965	0,028	0,993	0,979	75	0,0666	0,28	18,000	0,051	17,949	0,000	0,000	18,000	17,949	

Parâmetros de Projeto:

Vazão de distribuição	0,993 l/s
Comprimento total de rede	1.070 m
Vazão por metro de canalização	0,000928 l/s/m
Coefficiente Hazen-Williams C	140

Diâmetro da rede de alimentação	50 mm	Diam. comercial	METRAGEM (M)	TUBULAÇÃO
Cota piezométrica rede de alimentação	15,773 m	40 mm	0	0
Cota do terreno na rede de alimentação	0,000 m	50mm	1000	167
Pressão mínima na rede	15,773 mca	60 mm	40	7
		75 mm	30	5
		85 mm	0	0
		110 mm	0	0
		TOTAL	1070	179


Densyon Teixeira Almeida
Engenheiro Civil
RN 150992262 - 8PA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ACARÁ, POR INTERMÉDIO DO
(A) E
.....

1. O MUNICÍPIO DE **ACARÁ/PA**, através da FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ACARÁ/PA com sede na, na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário de educação do MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **IMPLANTAÇÃO DE MICROSSISTEMA DE ABASTECIMENTO NAS LOCALIDADES: VILA BOM JESUS DO ARAXITEUA, VILA SANTA MARIA II E VILA SANTA LUZIA I, EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO 035/2023 CELEBRADO ENTRE INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ/PA.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				
2				



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



3				
4				

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Projeto Básico;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Edital, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no edital da Concorrência Eletrônica nº xxxxxxxx, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Edital e seus anexos;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



- 9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Edital e seus anexos, em plena validade.
- 9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.



9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.39. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.40. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I.Gestão/Unidade:

II.Fonte de Recursos:

III.Programa de Trabalho:

IV.Elemento de Despesa:

V.Plano Interno:

VI.Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO



15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da cidade de ACARÁ/PA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

ACARÁ/PA, em ____ de _____ de 20XX.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-